

IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA SOBRE O BEM-ESTAR DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO ESTADO DO CEARÁ

Leonardo Andrade Rocha - afamiliaencrenca@oi.com.br

Ahmad Saeed Khan - saeed@ufc.br

Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima - pvpslima@gmail.com

RESUMO

O estudo buscou analisar o impacto do Programa Bolsa-Família (PBF) sobre o bem-estar das famílias beneficiadas no Estado do Ceará em 2007. Foram aplicados 320 questionários sendo 160 para famílias beneficiadas e 160 para famílias não-beneficiadas (potenciais beneficiários). Foram utilizados os testes t-Student e H de Kruskal-Wallis para comparação das médias e proporções, respectivamente, e análise de regressão linear. Os resultados referentes às características domiciliares comprovaram a homogeneidade dos grupos familiares selecionados. O PBF teve impacto positivo sobre os pilares do capital humano local, explicado pela melhoria dos indicadores de saúde, de educação e do estado nutricional das famílias beneficiadas. O PBF estimulou, ainda, uma expansão no patrimônio domiciliar do grupo que recebe os benefícios, revelando o impacto importante do programa sobre o padrão de comportamento dos gastos em aquisição de bens duráveis. Dessa forma, pode-se concluir que o Programa Bolsa-Família tem um papel importante no bem-estar das famílias como política de curto prazo. Não houve, porém, impacto na geração de renda garantindo que estas famílias gradativamente se desvinculam do programa a longo prazo.

Palavras-chave: pobreza, bolsa-família, renda, capital humano.

ABSTRACT

The study assessed the impact of the Bolsa Familia Program (PBF) on the welfare of families benefited in the state of Ceara in the year 2007. For this purpose, 160 benefited families and 160 non-benefited families (potential beneficiaries) were interviewed. The Student t, H-Kruskal-Wallis tests were used to compare the means and proportions respectively, and linear regression analysis, was used to measure the programme's impact on the beneficiary families in the state of Ceara. The results concerning the residence characteristics confirmed the homogeneity of the groups selected. The PBF has had positive impact on the pillars of the local human capital, explained by the improving indicators of health, education and nutritional status of benefited families. The PBF also stimulated an increase in household wealth of group receiving benefits, revealing the significant impact of the programme on the spending behaviour to purchase durable goods. Thus, it can be concluded that the Family Scholarship Program has an important role on the welfare of families as a short-term policy. However, there was no impact on the generation of employment and income to ensure that these families gradually disassociate from the programme in long run.

Key words: poverty, family scholarship, income, human capital.

INTRODUÇÃO

A desigualdade social no Brasil é um grande obstáculo para o desenvolvimento econômico. O País apresenta uma das maiores concentrações de renda no mundo, só perdendo no “*ranking*” para poucos países como Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia. A renda das famílias mais ricas (renda familiar mensal acima de R\$ 10.982,00 em setembro de 2003) corresponde a 75% do total da renda nacional. Entre essas, as 5.000 famílias mais ricas absorvem 45% da renda nacional (POCHMANN *et al.*, 2004). Agravando ainda mais esta realidade de extrema desigualdade, adiciona-se a existência de um enorme contingente da população brasileira situado abaixo da linha de pobreza.

Segundo o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas, ao analisar os dados do Censo Demográfico de 2000, adotando o critério de R\$ 60,00 *per capita* mensal como limite da linha de pobreza, 35% da população brasileira, aproximadamente 57,7 milhões de pessoas vivem abaixo desta linha de pobreza. As regiões mais pobres do país situam-se no Norte e Nordeste, onde 13,8 milhões de pessoas viveriam em situação de pobreza extrema e que 26% dos brasileiros nessa situação habitariam nas zonas rurais.

A desigualdade de capital humano existente no Brasil é simultânea à elevada participação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Dessa forma, um quadro peculiar observa-se no País: alto retorno de investimento em capital humano convivendo com baixos índices de escolaridade e elevados índices de desnutrição e trabalho infantil.

A erradicação da pobreza e a redução substancial dos níveis de desigualdade no Brasil são metas dificilmente alcançáveis dentro de um prazo razoável sem que se recorra a mecanismos diretos de redistribuição de renda.

A teoria econômica inspirada no modelo keynesiano advoga que o gasto governamental, assim como o privado, gera, no conjunto da economia, por seu efeito multiplicador, renda de valor maior do que o do gasto realizado. *A priori*, a forma dessa variação inicial na despesa tem um impacto imediato e direto sobre a renda daqueles que são beneficiados por esses gastos. Ao receber a referida renda, os indivíduos ampliarão seu consumo de acordo com a propensão marginal a consumir, levando a uma nova ampliação da renda. (BARRO ; SALA-I-MARTIN, 2004.)

No caso da transferência de renda às famílias, principalmente junto às definidas como extremamente pobres, a propensão marginal a consumir é das mais elevadas. Como o efeito multiplicador será tanto maior quanto mais elevada for a propensão marginal a

consumir, maiores serão os gastos induzidos por essa variação inicial de despesa promovida pela política de transferência de renda, além de um aumento esperado no estoque de capital humano do País.

Com o intuito de promover o desenvolvimento econômico, o Programa Fome Zero foi lançado no final de janeiro de 2003 e anunciado como o carro-chefe da política do governo Lula, incorporando uma série de programas e iniciativas federais preexistentes, dentre eles os programas de transferências de renda do governo FHC. As referidas transferências no governo Lula foram unificadas e os parâmetros anunciados no âmbito do Fome Zero implicavam uma ampliação dos beneficiados e do valor dos benefícios transferidos. Constituindo os pilares do Programa Fome Zero, o Programa Bolsa-Família – PBF foi lançado em outubro de 2003, reunindo as diversas iniciativas de transferência de renda do Governo Federal (BRASIL, 2004).

As transferências monetárias no PBF são feitas às famílias pobres que assumem o compromisso de investir na nutrição, na saúde e na educação de suas crianças e nos demais integrantes da unidade familiar, além da participação efetiva do Governo na oferta adequada de serviços públicos.

De acordo com dados do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC), em fevereiro de 2008 havia no Brasil, 11.129.327 famílias beneficiadas pelo Programa, com um volume total de recursos de R\$ 1.716.377.763,00. No Estado do Ceará, 905.595 famílias são beneficiadas pelo Programa, cujo volume de recursos totaliza R\$ 71.443.403,00, o equivalente a 8,32% do dispêndio nacional efetuado pelo Programa, segundo informações da Controladoria Geral da União.

O enorme dispêndio governamental destinado à busca frenética da redução da pobreza e da extensa desigualdade existente no País, vinculado a grande disparidade consensual de estudos que comprovam a importância dos programas de transferência de renda, alavanca a necessidade da avaliação do impacto do Programa sobre o bem-estar das famílias beneficiadas. Sendo assim, o presente estudo teve como objetivo principal avaliar o impacto do Programa Bolsa Família sobre o bem-estar das famílias beneficiadas no Estado do Ceará.

1 METODOLOGIA

1.1 Origem dos dados

O Programa Bolsa-Família (PBF) atua em todos os municípios cearenses. Porém, em alguns municípios observa-se maior concentração de famílias beneficiadas e valor dos benefícios em relação aos demais.

Adotando este critério foram selecionados os municípios de Itapipoca, Sobral, Quixadá e Ocara, representando as macrorregiões de planejamento Litoral Leste, Sobral/Ibiapaba, Sertão Central e Baturité, respectivamente, no Estado do Ceará.

Os dados utilizados neste estudo foram de origem primária e secundária. Os dados secundários foram baseados numa coleta de informações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Controladoria Geral da União (CGU), da Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC) e do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Os dados primários foram levantados mediante aplicação de questionários semi-estruturados junto às famílias beneficiadas e não beneficiadas pelo Programa. Em cada município foram entrevistadas 80 (oitenta) famílias, das quais 40 (quarenta) famílias beneficiadas e 40 (quarenta) famílias não-beneficiadas pelo Programa. Assim, o total da amostra foi de 320 famílias, sendo 160 beneficiadas e 160 não-beneficiadas que foram incluídas no Programa, mas que ainda não estão recebendo os benefícios do Programa. Dessa forma, ambos os grupos familiares possuem características similares, com exceção do benefício do PBF que permite o estudo comparativo.

A relação das famílias beneficiadas e não beneficiadas (potenciais beneficiários) foi obtida junto às Secretarias de Ação Social em cada município selecionado. O processo de seleção foi composto pela construção de um limite dividido em 40 (quarenta) intervalos para cada grupo familiar, através de um sorteio aleatório para definir a primeira observação das famílias entrevistadas. A segunda observação seguiu-se somando 40 (quarenta) à primeira, adotando o mesmo padrão de construção de intervalos às demais observações.

1.2 Métodos de Análise

A análise exploratória dos dados obtidos foi realizada a partir de tabelas e gráficos. Segundo Gil (2002), essas formas de apresentação de resultados são utilizadas para atender os diversos objetivos e se constituem o estudo, discussão dos dados coletados na amostra, agrupados em quadros contendo informações tais como frequência absoluta e relativa das variáveis selecionadas.

Com o objetivo de verificar a significância dos indicadores adotados que avaliam o bem-estar das famílias entrevistadas, foram realizados testes de hipótese os quais variaram de

acordo com a natureza da variável analisada, tamanho da amostra e número de amostras analisadas. Os testes utilizados foram o teste “t” de Student para dados não-pareados e o teste H de Kruskal-Wallis.

Para mediação do impacto dos benefícios transferidos sobre os tipos de gastos, foi adotado um modelo de regressão linear simples descrito a seguir:

$G_{it} = \alpha + \beta B_i + \varepsilon_i$, no qual, G_{it} corresponde aos gastos mensais em R\$ realizados pela família beneficiada i atribuído a natureza do gasto t , dado o valor mensal do benefício B_i em R\$. Os parâmetros α e β foram estimados pelo método MQO e ε é a perturbação estocástica não-correlacionada com a variável explicativa B_i , distribuída normalmente com média zero e variância σ^2 .

O parâmetro α representa a média das despesas segundo o tipo de gasto das famílias beneficiadas, independentemente de receberem o benefício. Já o parâmetro β representa a propensão marginal a gastar, de acordo com o tipo de gasto especificado.

As variáveis utilizadas, segundo a natureza dos gastos das famílias beneficiadas, para estimação da propensão marginal a gastar dos benefícios transferidos foram: gastos em alimentação, aquisição de roupas, compra de material escolar, em transporte e outros gastos.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir é apresentada a descrição das famílias beneficiadas e não beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família (PBF) segundo educação; renda domiciliar; consumo alimentar; e o impacto dos recursos transferidos pelo PBF sobre os tipos de gastos das famílias beneficiadas.

2.1 Educação

A Tabela 1 mostra a distribuição relativa do número de membros das famílias beneficiadas segundo a frequência escolar, antes e depois de receberem o benefício, visando analisar o impacto do programa sobre o comportamento educacional temporal das famílias pobres, cuja restrição de tal variável é, sobretudo, um fator preponderante para torná-las economicamente improdutivas e desestimular o desenvolvimento local.

TABELA 1 - Distribuição relativa do número de membros das famílias beneficiadas segundo a frequência escolar, antes e depois de receberem o benefício na amostra selecionada no ano 2007.

Frequência à escolar	Antes do PBF (%)	Após (%)
Sim	38,5	44,4
Não	61,5	55,6
Total	100,0	100,0
Teste H-KW	15,463	
Prob>Chi2	0,000	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

A proporção de membros cujas famílias recebem o benefício e frequentam a escola após sua integração ao programa, é superior se comparada antes de receberem o benefício. Os resultados mostram a importância da condicionalidade na educação, cujo objetivo atende eficazmente. Esse resultado reflete que os esforços e gastos do Programa aumentaram a frequência escolar e que poderão, assim, alavancar o desenvolvimento local.

A estatística H de Kruskal-Wallis revela diferenças significativas, ao nível de probabilidade de 0,05, entre as proporções das famílias beneficiadas segundo a frequência escolar com relação antes e depois de receberem os benefícios, mostrando um impacto positivo do Programa sobre o comportamento temporal da frequência escolar. Estes resultados podem ser atribuídos às crianças mais novas que ainda não estavam em idade escolar antes do Programa e foram inseridas na educação infantil simultaneamente à implantação do PBF assim também como das condicionalidades que incentivaram a adesão escolar.

Considerando os membros das famílias beneficiadas e não beneficiadas, as informações relativas à frequência escolar são apresentadas na Tabela 2.

TABELA 2 - Distribuição relativa dos membros das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo a frequência atual de escola na amostra selecionada no ano 2007

Frequência à escola	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
Sim	44,4	26,0
Não	55,6	74,0
Total	100,0	100,0
Teste H-KW	49,915	
Prob>Chi2	0,000	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

As famílias beneficiadas possuem proporcionalmente mais integrantes frequentando a escola em comparação com as famílias não-beneficiadas. Uma variação, entre beneficiários

e não beneficiários, na estrutura familiar que frequenta a escola de 70,77% considerando a amostra selecionada.

A rejeição da hipótese de que não existem diferenças significativas entre o grupo de membros que frequentam atualmente a escola em relação aos demais membros pertencentes às famílias não contempladas pelo benefício do Programa, revela o importante avanço na acumulação do capital humano. Um resultado eficaz do ponto de vista das condicionalidades impostas às famílias que recebem o benefício. Vale ressaltar a importância do Programa sobre o comportamento de incentivos nas famílias beneficiadas quanto à frequência escolar, um importante combustível para alavancar o desenvolvimento local sustentável em longo prazo. O maior nível de escolaridade contribui para melhorar e ampliar as oportunidades de trabalho, aumentando a renda familiar e reduzindo consideravelmente a pobreza nos municípios, Estado e País. De acordo com o IPECE em 2007, as taxas de analfabetismo vêm caindo substancialmente no Estado e, em média, nos municípios. Este comportamento prende-se às elevações nas taxas líquidas de escolarização para os ensinos fundamental e médio, dentro da faixa etária correspondente a cada nível.

2.2 Renda Domiciliar

Na Tabela 3 é apresentada a distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas, segundo o nível de renda total seguidos de suas respectivas estatísticas H de Kruskal-Wallis. Um número substancial das famílias beneficiadas e não-beneficiadas possuem renda de 2 a 5 salários mínimos. As famílias beneficiadas possuem uma distribuição maior de 5 a 8 salários mínimos em relação às famílias não beneficiadas (25 e 8,1%). De acordo com a estatística H de Kruskal-Wallis para comparação entre proporções, percebe-se a existência de diferenças significativas a um nível de probabilidade de 0,05, nas distribuições relativas dos dois grupos familiares (beneficiadas e não beneficiadas).

TABELA 3 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo o nível de renda total anual na amostra selecionada no ano 2007

Renda total	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
Até 2 salários mínimos*	1,3	27,5
De 2 a 5 salários mínimos	38,1	34,4
De 5 a 8 salários mínimos	25,0	8,1
De 8 a 10 salários mínimos	5,6	5,6
De 10 a 15 salários mínimos	22,5	18,1
Acima de 15 salários mínimos	7,5	6,3
Total	100,0	100,0

Teste H-KW	20,355
Prob>Chi2	0,000

Fonte: Resultados da Pesquisa.

(*) Considerando o salário mínimo R\$ 380,00.

Na Tabela 4 apresentam-se as informações da distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o nível de renda parcial anual, de acordo com fontes derivadas do trabalho, atividades não-agrícolas e produção agrícola. Observou-se que a grande maioria das famílias beneficiadas e não beneficiadas possuem até 5 salários mínimos. Uma pequena contração de famílias distribui-se na faixa salarial de 10 a 15 salários mínimos.

TABELA 4 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo o nível de renda parcial anual na amostra selecionada no ano 2007

Renda parcial	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
Até 2 salários mínimos*	45,6	37,5
De 2 a 5 salários mínimos	27,5	33,8
De 5 a 8 salários mínimos	13,1	8,1
De 8 a 10 salários mínimos	4,4	6,3
De 10 a 15 salários mínimos	7,5	11,3
Acima de 15 salários mínimos	1,9	3,1
Total	100,0	100,0
Teste H-KW	2,821	
Prob>Chi2	0,093	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

(*) Considerando o salário mínimo R\$ 380,00.

Na amostra total não existem diferenças significativas entre as proporções das famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo suas rendas parciais, dado o nível de significância de 5% (cinco por cento). Entretanto, 1,9% das famílias beneficiadas e 3,1% das famílias não-beneficiadas possuem renda superior a 15 salários mínimos, o que torna crível a possibilidade desta proporção de famílias que recebem ou são qualificadas a receber os benefícios não pertencerem ao conjunto factível de elegibilidade.

Embora a questão do clientelismo exija estudos adicionais para poder ser avaliada de forma mais consistente, outros problemas relacionados à seleção de beneficiários, como o do vazamento e da subcobertura, podem ser avaliados por indicadores convencionais de desempenho, como o “erro de inclusão”, que representa o vazamento das famílias não-elegíveis e o “erro de exclusão”, indicando a percentagem da população elegível fora do Programa. De acordo com Soares et al (2007) na *Nota de Avaliação do Impacto do Programa Bolsa-Família* (2007), publicada pelo *Centro Internacional de Pobreza* do Programa das

Nações Unidas para o Desenvolvimento, 59% dos pobres não eram beneficiados pelo Programa em comparação com 70% no México pelo programa *Oportunidades*. Entre os beneficiários do *Oportunidades*, 36% eram famílias não-elegíveis e 49% entre os beneficiários do Bolsa-Família.

Tais indicadores podem viesar a objetividade do Programa, dada a alocação ineficiente dos gastos a um público-alvo que deixa de ser atendido, à medida que novas famílias não-elegíveis passam a receber os benefícios devido a falhas da matriz institucional que não fiscaliza a aplicação desses recursos. Este comportamento deteriora a importância do Programa e gera uma inconsistência da política social do Governo.

As informações relativas às fontes de renda das famílias beneficiadas e não beneficiadas são apresentadas na Tabela 5. A renda provinda do trabalho e de atividades não-agrícolas das famílias beneficiadas é inferior comparada com a das famílias não-beneficiadas. Rendas provindas da produção agrícola das famílias beneficiadas são levemente maiores em relação a não beneficiadas. Um teste de comparação de médias revela que, para a amostra total, a renda média proveniente do trabalho (A) das famílias beneficiadas é estatisticamente menor ao nível de significância de 5%. Tal fato sugere a falta de políticas públicas municipais e estaduais voltadas à geração de emprego e renda para as famílias beneficiadas, o que se pode constituir maior dependência na política social do Governo Federal.

As informações da tabela mostram ainda que a renda média proveniente do trabalho, das atividades agrícolas e não-agrícolas das famílias beneficiadas é inferior quando comparada com a renda média das famílias não-beneficiadas. Entretanto, esta diferença não se mostrou estatisticamente diferente ao nível de probabilidade de 0,05.

Segundo Sahn ; Alderman (1995), em um dos raros estudos sobre este tópico, comprovaram efeitos significativamente grandes no tocante à oferta de trabalho em decorrência de programas de subsídios no Sri Lanka. Os autores evidenciaram uma resposta negativa na provisão de trabalho em decorrência da existência de programas de transferência de renda.

A afirmação da hipótese de “dependência do estado de bem-estar social”, segundo os autores Fomby *et al.* (2001), pode ser verificada pela participação menor da renda derivada de atividades produtivas das famílias beneficiadas em comparação com as famílias não-beneficiadas. Esta “dependência social” pode ser atribuída ao caráter de escolha própria das famílias em continuar a receber as transferências dos benefícios, ou na redução da disposição dos membros das famílias em aceitar trabalhos mal remunerados. (SAHN ; ALDERMAN, 1995.)

TABELA 5 - Valor absoluto e relativo da renda total média anual das famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo o tipo de fonte de renda na amostra selecionada no ano 2007.

Fontes de Renda	Amostra total			
	Famílias Beneficiadas		Famílias Não Beneficiadas	
	Freq. Absol. (R\$)	Freq. Rel. (%)	Freq. Absol. (R\$)	Freq. Rel. (%)
Trabalho permanente ou temporário (A)	1174,49	35,66	1582,85	65,06
Atv. Não-agrícolas ou comerciais (B)	51,07	1,55	100,68	4,14
Produção agrícola (C)	319,61	9,70	128,28	5,27
Outros rendimentos (D)	712,50	21,63	535,76	22,02
A+B+C	1545,18	46,91	1811,81	74,48
Renda Total*	3293,82	100,00	2432,76	100,00
(A)	estat. t-student	-2,0850		
	Prob>tc	0,0380		
(B)	estat. t-student	-0,9550		
	Prob>tc	0,3400		
(C)	estat. t-student	3,7330		
	Prob>tc	0,0000		
(D)	estat. t-student	0,8920		
	Prob>tc	0,3730		
A+B+C	estat. t-student	-1,3000		
	Prob>tc	0,1940		
Renda Total	estat. t-student	3,2970		
	Prob>tc	0,0010		

Fonte: Resultados da Pesquisa.

(*) A renda total corresponde a (A+B+C+D+(E=Benefícios do Programa)) para as famílias beneficiadas e (A+B+C+D) para as famílias não-beneficiadas.

Em entrevista à Revista Valor Econômico, em março de 2008, o criador do Grameen Bank de Bangladesh e ganhador do Prêmio Nobel, Muhammad Yunus, critica o modelo do Programa Bolsa-Família ao afirmar: “A idéia de bolsa não me parece adequada. Este

mecanismo geralmente inibe o potencial das pessoas de empreender.” Yunus ainda afirma que “o acesso ao capital, mesmo que em pequena escala, pode transformar a vida das famílias pobres, mas desde que seja usado para gerar renda.” Em sua visão, o dinheiro doado em caráter assistencial pode ser usado apenas uma vez; entretanto, o dinheiro investido em um negócio auto-sustentável é “reciclado de forma infinita”.

2.3 Consumo Alimentar

Esta seção abrange o comportamento das famílias beneficiadas e não beneficiadas com relação ao consumo médio mensal dos principais itens que compõem a cesta alimentar básica: arroz, farinha, açúcar, feijão, carne de frango, peixe e macarrão.

As informações contidas na Tabela 6 mostram o padrão de comportamento do consumo médio de acordo com os principais itens especificados considerando a amostra total. A média de consumo em cada item considerado é superior nas famílias beneficiadas, comparadas com aquelas não-beneficiadas. Contudo, algumas médias não se mostraram estatisticamente diferentes mesmo ao nível de significância de 10%, dentre elas o consumo mensal de farinha e peixe. O consumo médio de macarrão (6,23 e 5,13), arroz (14,87 e 10,40) e feijão (19,04 e 9,47) das famílias beneficiadas e não-beneficiadas, respectivamente, mostrou-se estatisticamente diferente ao nível de 5%. Verificou-se que o consumo médio de carne de frango de ambos os grupos das famílias entrevistadas foi diferente ao nível de 10% de probabilidade.

O aumento verificado no consumo dos alimentos básicos através da comparação dos valores médios dos principais itens que compõem a cesta alimentar entre os dois grupos familiares sugere que o PBF teve impacto direto sobre o padrão de consumo dos alimentos especificados.

TABELA 6 - Consumo médio mensal dos principais itens que compõem a cesta alimentar básica das famílias beneficiadas e não-beneficiadas considerando a amostra total no ano 2007

Principais itens que compõem a cesta alimentar mensal	Arroz		Farinha		Açúcar		Feijão		Carne de Frango		Peixe		Macarrão	
	Fam. Bene. (Kg)	Fam. Não-Bene. (Kg)	Fam. Bene. (Kg)	Fam. Não-Bene. (Kg)	Fam. Bene. (Kg)	Fam. Não-Bene. (Kg)	Fam. Bene. (Kg)	Fam. Não-Bene. (Kg)	Fam. Bene. (Kg)	Fam. Não-Bene. (Kg)	Fam. Bene. (Kg)	Fam. Não-Bene. (Kg)	Fam. Bene. (Kg)	Fam. Não-Bene. (Kg)
Média Mensal	14,87	10,40	8,84	6,63	11,17	9,33	19,04	9,47	5,60	4,45	2,44	2,09	6,23	5,13
Estat.t-student	5,019		1,643		2,295		4,289		1,916		1,117		1,969	
Prob>tc	0,000		0,101		0,022		0,000		0,056		0,265		0,050	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

2.4 Impacto do Programa sobre os Tipos de Gastos

Nesta seção apresenta-se o impacto do PBF sobre o padrão dos gastos mensais das famílias beneficiadas. Será reportada a estimativa da propensão marginal a consumir alimentos, aquisição de roupas, material escolar, transporte e outros (gastos com contas de luz, água, gás entre outros), dados os valores dos benefícios transferidos. Como forma de obtenção das estimativas foi utilizado o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

As informações relativas às estimativas dos parâmetros são apresentadas na Tabela 7. O maior valor da propensão marginal é com gastos em alimentação (0,72). Sendo assim, para cada R\$ 1,00 de recursos transferidos às famílias beneficiadas, em média 72 centavos são gastos apenas com alimentação. Um valor alto e teoricamente esperado, visto que famílias pobres e em extrema pobreza demandam essencialmente mais por produtos alimentícios (ALDERMAN *et al.*, 1997). Isto comprova a importância do Programa no impacto direto do estado nutricional das famílias que pode ser atribuído numa maior diversificação alimentar após as transferências dos benefícios. O poder de explicação do modelo mostrou-se relevante; 49,50% da variabilidade dos gastos com alimentação são explicados pelos benefícios do Programa. A propensão marginal de gastos com transporte e outros gastos mostraram-se estatisticamente insignificantes ao nível de 10%. Observou-se ainda que, para cada real transferido pelo Governo através do PBF, aproximadamente 13 centavos são utilizados na compra de material escolar e aquisição de roupas.

TABELA 7 - Estimativas dos Mínimos Quadrados Ordinários segundo a natureza dos gastos mensais considerando a amostra total no ano 2007.

Regressor	Variável dependente				
	Gastos com Alimentação (1)	Gastos com Roupas (2)	Gastos com Material Escolar (3)	Gastos com Transporte (4)	Outros Gastos (5)
Constante	7,6949	-4,1079	-5,0793	0,5195	1,5942
Valor-P da estat. t-student	0,1397	0,2549	0,0654	0,6464	0,5072
Benefício	0,7149	0,1268	0,1258	0,0140	0,0069
Valor-P da estat. t-student	0,0000	0,0018	0,0001	0,2640	0,7962
R ²	0,4950	0,0603	0,0981	0,0079	0,0004

Fonte: Resultados da Pesquisa.

A estimação do modelo permite avaliar o impacto do Programa direto no padrão comportamental das famílias beneficiadas. Este padrão mostrou uma correlação forte entre os recursos transferidos, gastos com alimentação e educação, enfatizando a objetividade das políticas públicas no curto prazo à condição de *Welfare State*. Cabe ressaltar que o

cumprimento das ações básicas não se restringe apenas neste percurso, mas na busca de um equilíbrio eficiente e mais equitativo a longo prazo.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A avaliação do impacto, mediante a comparação com famílias não beneficiadas (potenciais beneficiários) cadastradas no CadÚnico, revelou uma importante influência no padrão comportamental das famílias que recebem os recursos transferidos, sobretudo na educação e aspectos alimentares, contribuindo para a acumulação de capital humano nas famílias beneficiadas pelo Programa no Estado do Ceará.

As famílias beneficiadas pelo Programa apresentam um aumento importante de suas restrições orçamentárias após a incorporação dos benefícios no montante da renda familiar. Porém, a renda média proveniente de atividades do trabalho e não agrícola dessas famílias revelou-se inferior em comparação ao outro grupo familiar, indicando certa dependência entre essas famílias beneficiadas e a política pública de bem-estar social. Isso reforça o caráter paternalista/assistencialista do Programa.

A influência dos benefícios do PBF sobre o consumo de alimentos mostra que o Programa está desempenhando um papel importante na melhoria das condições alimentares da população mais pobre.

As famílias gastam os recursos advindos do Programa em maior proporção com alimentação (aproximadamente 72 centavos para cada R\$ 1,00 de benefício transferido) e com material escolar e aquisição de roupas (aproximadamente 13 centavos para cada R\$ 1,00 de benefício transferido).

Os governos estaduais e municipais deveriam disponibilizar políticas públicas que influenciem outros tipos de capital tais como: capital empresarial, capital natural, capital público institucional e capital de conhecimento. Esse conjunto de capitais necessário à geração de emprego e renda para as famílias beneficiadas, possibilita ao longo desta trajetória, a superação das condições de pobreza e extrema pobreza no qual essas famílias se encontram, permitindo somente assim, desvinculação do Programa a longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDERMAN, H ; BEHRMAN, J. R. ; LAVY, V. and MENON, R. **Child health and school enrollment: a longitudinal analysis**. Washington, DC: Banco Mundial, 2000.

BARRO, R.J ; SALA-I-MARTIN, X. **Economic Growth**. New York: McGraw Hill, Inc., 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Análise comparativa dos Programas de Proteção Social – 1995 à 2003. Abril de 2004**. Disponível em: <URL:<http://www.fomezero.gov.br>> Acesso em: 10 jan. 2008.

FORMBY, J. P.; HOOVER, G. A.; KIM, H. Economic growth in the United States: comparisons of estimates based upon official poverty statistics and Sen's index of poverty. **Journal of Income Distribution**, v.10, p.6-22, 2001.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

IPECE – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Ceara em Números 2007**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2007/>- acesso em: 05 mar de 2008.

POCHMANN, M.; CAMPOS, A. ; BARBOSA, A . et al. **Atlas da exclusão social : Os ricos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004. (V. 3).

SAHN, D.; ALDERMAN, H. Incentive effects on labor supply of Sri Lanka's rice subsidy. In: WALLE, D. Van der; NEAD, K. (Ed.). **Public spending and the poor: theory and evidence**. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University, 1995.

SOARES, F.V.; RIBAS, R. P. ; OSÓRIO, R. G. **Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família: Uma comparação com Programas de Transferência Condicionada de Renda de Outros Países**. Centro Internacional da Pobreza. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Brasília: Distrito Federal, 2007.

YUNUS, M. É possível o capitalismo solidário? **Valor Econômico**, São Paulo, Disponível em: <asn.interjornal.com.br/noticia_pdf.kmf?noticia=7119970> Acesso em 04 jun.2008.